

**RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS TRIMESTRAIS**

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO  
SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF**

**Em 31 de março de 2024**



Maringá – PR, 31 de maio de 2024.

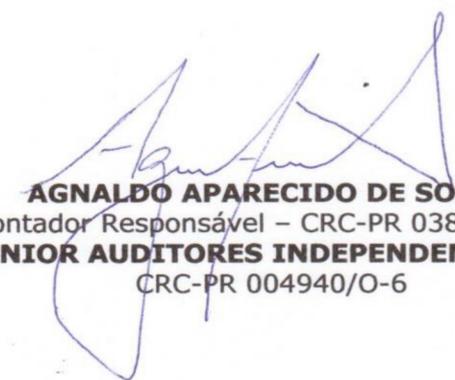
Aos  
Administradores e aos Conselheiros da  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO  
PARNAÍBA – CODEVASF**  
Brasília - DF

Prezados Senhores,

Encaminhamos, por intermédio da presente,  
para apreciação e análise de Vs. Sas. **Relatório dos Auditores Independentes**, sobre as  
demonstrações financeiras intermediárias levantadas em 31 de março de 2024.

Colocamo-nos à disposição de Vs. Sas. para  
quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Atenciosamente,



**AGNALDO APARECIDO DE SOUZA**  
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0  
**SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S**  
CRC-PR 004940/O-6

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

Aos

Administradores e aos Conselheiros da

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO  
PARNAÍBA – CODEVASF**

**Brasília - DF**

### **Introdução**

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024, demonstração de resultado, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as normas aplicáveis no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - *Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

## **Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias**

Com base em nossa revisão, com exceção do assunto mencionado no parágrafo intitulado base para opinião com ressalva, as informações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF** em 31 de março de 2024 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Base para opinião com ressalva**

### **Limitação de escopo – Provisão para Contingências**

A Companhia apresenta no passivo não circulante, a título de “Provisões - Riscos de Passivos Contingentes”, o montante de R\$ 67 milhões referente às provisões para indenizações trabalhistas, provisões para indenizações cíveis e provisões para riscos tributários. A Companhia apresentou fragilidade no controle de contingências em função da ausência de atualização monetária, juros moratórios e honorários de sucumbência sobre o saldo provisionado, de forma a refletir o valor pela passagem do tempo, ou seja, a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em conformidade com o Pronunciamento Técnico, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingente e Ativos Contingentes. A Companhia atualizou os valores monetariamente e apresentou os valores ajustados no subitem 26.2 na Nota Explicativa 27 – Eventos subsequentes, entretanto os valores foram contabilizados em abril/2024 e somente serão objeto de testes e análises no próximo trimestre. Em vista disso, ficamos impossibilitados de concluir nossas análises sobre os possíveis efeitos que a questão relatada acima poderia ocasionar no passivo e no resultado da Companhia.

## **Ênfases**

### **Avaliação da continuidade operacional**

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia é empresa pública com capital social pertencente integralmente à União, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR. As demonstrações contábeis, acima referidas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma Companhia em atividade normal, as quais pressupõem a realização dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios. Conforme evidenciado nas demonstrações contábeis, a continuidade normal da Companhia dependerá da capacidade de realização de seus ativos em valores suficientes para cobrir as obrigações de curto e longo prazo. A cobertura do patrimônio líquido negativo (Passivo a Descoberto) de R\$ 1.474 milhões dependerá da realização de ativos em valores superiores aos registrados na contabilidade ou redução dos valores do passivo. Além disso, conforme balanço patrimonial, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 3.827 bilhões, apresentando ainda um prejuízo no 1º trimestre de 2024 no valor de R\$ 591 milhões, que resultou no prejuízo acumulado no

montante de R\$ 8,8 bilhões. Esses eventos ou condições podem indicar a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia; no entanto, conforme descrito na nota explicativa nº 1, A União como única acionista, por meio do Orçamento Geral da União (OGU), realiza aportes de recursos para o pagamento de despesas de custeio e investimentos da Empresa. As atividades são custeadas com recursos oriundos do Tesouro Nacional e são alocados anualmente em conformidade com a Lei do Orçamento Anual (LOA) e integralmente executados dentro dos sistemas estruturantes do orçamento Federal, dessa forma, apesar do prejuízo acumulado, não há risco de continuidade operacional. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto

### **Saldos correspondentes comparativos**

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram em 26 de fevereiro de 2024 relatório de auditoria com ressalvas relativas a limitação de escopo – provisão para contingências.

Maringá – PR, 31 de maio de 2024.



**AGNALDO APARECIDO DE SOUZA**  
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0  
**SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S**  
CRC-PR 004940/O-6